

CONTRATO CEDAE Nº 069 / 2018 (DS)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE -** e a **CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S/A.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE -**, sociedade de economia mista sediada na Av. Presidente Vargas, n. 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato através de seu Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e de seu Diretor de Esgotos e Saneamento, Sr. MARCIO DE MELO ROCHA, doravante denominada **CEDAE**, e a **CICLUS AMBIENTAL DO BRASIL S/A.**, por intermédio de sua filial situada na Estrada Santa Rosa, S/N, Piranema, CEP. 23.890-000, Seropédica/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.319.900/0002-30, neste ato através de sua Diretora, Sra. ADRIANA VILELA MONTENEGRO FELIPETTO, brasileira, casada, engenheira, Identidade RG nº 078416112 (IFP/RJ) e CPF/MF nº 004.706.887-69, e seu Diretor, Sr. EDUARDO LAGANÁ FERREIRA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, Identidade RG nº 23860652-1 (SSP/SP) e CPF/MF nº 246.178.868-50, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato no **Processo Administrativo nº E-07/100.267/2018**, mediante **Dispensa de Licitação nº 001/2018 (DS)**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93, pela qual se rege, bem como pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e pelos Decretos nº 3.149/80 e 21.081/94, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a prestação EMERGENCIAL do serviço de **"DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETES) E ELEVATÓRIAS (EES) EM ATERRO SANITÁRIO"**, conforme autorizado em Resolução de Diretoria datada 24 de Maio de 2018, inserida às fls.206 do Processo Administrativo E-07/100.267/2018.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão executados conforme detalhamento contido no **Anexo I** e no presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas no **Anexo I** deste contrato,:

- a) Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à **CEDAE** ou a terceiros, quando decorrentes da execução dos serviços contratados;
- b) Assumir, em caso de acidente de trabalho, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica;



- c) Atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de Fiscalização da **CEDAE**;
- d) Desempenhar suas funções em suas próprias instalações físicas;
- e) Apresentar a documentação prevista na cláusula nona juntamente com a nota fiscal/fatura dos serviços;
- f) Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula décima primeira (DA RESPONSABILIDADE);
- g) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- h) Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I- Até 200 empregados-----	2%
II- De 201 a 500 -----	3%
III- De 501 a 1.000-----	4%
IV- De 1001 em diante-----	5%

II – São obrigações da **CEDAE, além daquelas previstas no **Anexo I** deste contrato:**

- a) Proporcionar todas as facilidades de acesso às informações disponíveis para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das exigências estabelecidas neste Contrato;
- b) Transportar os resíduos até a o aterro sanitário contratado para tratamento e disposição final, responsabilizando-se integralmente por todas as etapas;
- c) Emitir o Manifesto de Resíduos para que seja viabilizado o recebimento das cargas pela **CONTRATADA**;
- d) Indicar uma Comissão composta por 3 (três) membros para a Fiscalização dos trabalhos que serão desenvolvidos pela **CONTRATADA**; a qual incumbirá efetuar o acompanhamento do(s) serviço(s), atestando a(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) apresentada(s); e
- e) Efetuar os pagamentos à **CONTRATADA** observando as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de execução dos serviços será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da ordem de início que vier a ser emitida pela **CEDAE**, não podendo esta ordem ser anterior à publicação do ato ratificador desta contratação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - A **CEDAE** se reserva o direito de rescindir a presente contratação tão logo se conclua o procedimento licitatório já instaurado para o mesmo objeto, o que será feito sem qualquer indenização por perdas e danos à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A presente contratação será executada em regime de empreitada por preço unitário, sendo o seu valor total estimado em **R\$ 429.780,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta reais)**, que serão pagos conforme a multiplicação do valor unitário definido na tabela abaixo, pela tonelage de resíduos recebida e aferida pela balança rodoviária da **CONTRATADA**.

Descrição do resíduo	Geração (tonelada por mês)	Preços R\$/ por tonelada
Fora do processo industrial	147	R\$ 45,00
Caixa de areia	145	R\$ 45,00
Lodo de ETE < 30%	150	R\$ 59,00
Lodo de ETE > 30% <75%	730	R\$ 68,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Encontram-se computados no valor desta contratação todos os custos e tributos decorrentes do desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos mensalmente, no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Considera-se adimplida a obrigação da **CONTRATADA** pelo cumprimento da etapa/parcela dos serviços acompanhada da fatura/nota fiscal e dos comprovantes mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO QUARTO – A fatura/nota fiscal que vier a ser emitida pela **CONTRATADA** deverá apresentar o detalhamento dos serviços executados no mês anterior.

PARÁGRAFO QUINTO – De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação enviada e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

PARÁGRAFO SEXTO – O registro, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação apresentada impedirá a concessão do atesto e suspenderá o prazo para pagamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A irregularidade da documentação necessária ao atesto ensejará, ainda, a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** comunicando a abertura do prazo de 10 (dez) dias

para a apresentação de defesa e demonstração do cumprimento das obrigações previstas no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira, sob pena de aplicação da penalidade de advertência. Permanecendo inalterada a situação total ou parcialmente, o contrato será rescindido com as consequências previstas no item "iii" do parágrafo oitavo da cláusula nona.

PARÁGRAFO OITAVO – A **CEDAE** fará o pagamento através de depósito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, a ser por ela indicada.

PARÁGRAFO NONO – Constitui cláusula essencial do presente contrato, e de observância obrigatória, a impossibilidade de a **CONTRATADA** opor à **CEDAE** a exceção de inadimplemento como justificativa para a interrupção ou atraso das obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados pro rata die, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Trabalho 1200226064, Código Orçamentário 33903918, Fonte de Recursos 10, Conta orçamentária n. 411110301, Centro de Custos DS04000000, ID da Reserva Orçamentária nº 2018000793, do presente exercício financeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão executados observando os limites mensais aprovados no cronograma financeiro inserido às fls. 154 do processo administrativo E-07/100.267/2018.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

Os preços previstos nesta contratação serão fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;

iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido;

iii) Será aplicada à **CONTRATADA** pelo prazo de 1 (um) ano no caso de rescisão contratual decorrente do disposto na cláusula quarta, parágrafo sétimo.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela **CEDAE**, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO – Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços sem prévia autorização da **CEDAE**.

PARÁGRAFO QUINTO – Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula nona, poderá a **CEDAE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO – Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Para todos os fins e efeitos jurídicos a **CONTRATADA** será a única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus profissionais, estejam estes envolvidos direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Contrato, permanecendo a **CEDAE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá entregar o(s) serviço(s) previsto(s) nesta contratação acompanhado(s) de sua(s) nota(s) fiscal(is) e dos seguintes comprovantes: (i) caso se enquadre no regime de quotas de que trata a alínea "h" do item I da cláusula segunda, deverá apresentar a declaração de cumprimento da Lei Estadual n. 7.258/2016, relativa à aplicação do regime de cotas; e (ii) caso existam empregados seus vinculados exclusivamente à execução destes serviços, deverão ser apresentados: prova de pagamento do FGTS e do INSS relativos a tais empregados; bem como uma "**declaração**" afirmando que se encontra em dia com os pagamentos dos salários destes mesmos funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento e, conseqüentemente, a concessão do atesto pela Comissão de Fiscalização, gerando a suspensão do prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a regularização da falta apontada..

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato, todos os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – PACTA SUNT SERVANDA

O presente instrumento contratual substituirá todos os documentos que tiverem sido produzidos na fase de negociação, fazendo lei entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA** se obriga a manter todos os documentos e informações provenientes da prestação dos serviços contratados resguardados pela confidencialidade inerente à profissão que somente serão revelados, total ou parcialmente, com a expressa autorização da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica a **CONTRATADA**, no entanto, expressamente autorizada a utilizar o nome da **CEDAE** como referência em seus materiais informativos, sendo vedada a vinculação de qualquer divulgação que viole a confidencialidade de que trata o caput da presente cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS

Ao término de cada exercício financeiro a Aceitação Provisória ocorrerá mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO – Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que

existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo terceiro da cláusula quarta, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos

uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

- (X) Caso a presente contratação não ultrapasse o valor total final de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou se refira a serviços técnicos profissionais (assim considerados os listados no art. 13 da Lei 8.666/93), o procedimento de aceitação provisória previsto neste parágrafo poderá ser dispensado e substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO QUINTO – A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aceitação definitiva do objeto pactuado, nos termos da alínea "b", inciso I, art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93, far-se-á por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

PARÁGRAFO SEXTO – Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Apenas para fins de publicidade, o extrato deste contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Após a publicação, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente

Rio de Janeiro, 28 de MAIO de 2018.


MARCIO DE MELO ROCHA
Diretor de Esgotos e Saneamento

Pela **CONTRATADA**:


ADRIANA VILELA MONTENEGRO FELIPETTO
Diretora


EDUARDO LAGANÁ FERREIRA
Diretor

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. contr-CICLUS-Tratamento-de-Resíduos – DL001- 2018-VB

ANEXO I

1. OBJETIVO

Os serviços a serem realizados têm por objetivo o recebimento de lixo, areia e lodo produzidos nas elevatórias e estações de tratamento de esgotos sob responsabilidade dos Departamento de Tratamento de Alegria (GTE-DS-4), Departamento de Tratamento da Penha e Ilha (GTE-DS-5), Departamento de Tratamento da Pavuna e Sarapuí (GTE-DS-6), Departamento de Tratamento Oeste e Baixada (GTE-DS-8) e Departamento de Operação (GGE-DS-3) em aterro sanitário devidamente licenciado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

2. JUSTIFICATIVA

Esta solicitação decorre da necessidade de dar destinação adequada ao lixo, areia e lodo produzidos, principalmente nos processos de tratamento de esgotos das Estações de Alegria, Barra da Tijuca, Ilha do Governador, Pavuna, Penha e Sarapuí, além dos produzidos nas Estações Elevatórias de esgoto que possuem sistema de gradeamento. As Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e as Estações Elevatórias de Esgoto (EEE) estão localizadas nos seguintes endereços:

ETE	Endereço
Alegria	Rua Projetada, nº 4, Caju, Rio de Janeiro
Barra da Tijuca	Av. Ayrton Senna, nº 1791 Fundos, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro
Ilha do Governador	Rua Domingos Mondin, nº 315, Ilha do Governador, Rio de Janeiro
Pavuna	Rua Bulhões Marcial, nº 975, Vigário Geral, Rio de Janeiro
Penha	Rua Cuba, nº 1, Penha, Rio de Janeiro
Sarapui	Rua Demóstenes, s/nº, Jardim Glauca, Belford Roxo

EEE	Endereço
André Azevedo	Rua Francisco Sá, nº 86, Copacabana, Rio de Janeiro
Leblon	Av. Delfim Moreira esq. c/ Av. Niemeyer, s/nº, Leblon, Rio de Janeiro
Saturnino de Brito	Av. Bartolomeu Mitre, nº 1281, Gávea, Rio de Janeiro
Jacarepaguá	Av. Isabel Domingues, s/nº, esq. c/ Av. Ayrton Senna, Gardênia, Rio de Janeiro
Eugênio Macedo	Via 4, s/nº, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (Em frente ao Colégio Faria)

ETE	Massa (t)/mês			
	Lixo	Areia	Lodo 30% de umidade	Lodo 75% de umidade
Alegria	10	70	0	400
Barra da Tijuca	10	20	150	0
Ilha do Governador	10	30	0	40
Pavuna	5	10	0	40
Sarapui	5	5	0	100
Penha	10	10	0	150
Total	50	145	150	730

EEE	Massa (t)/mês			
	Lixo	Areia	Lodo 30% umidade	Lodo 75% umidade
André Azevedo	50	0	0	0
Leblon	20	0	0	0
Saturnino de Brito				
Jacarépaguá				
Eugênio Macedo				
Bandeirantes				
Jardim Oceânico				
Lagoa da Tijuca	15	0	0	0
Marapendi				
Península				
Recreio				
Rio das Pedras I				
Rio das Pedras II				
Bica				
Zumbi				
Paranapuã				
Maré I	12	0	0	0
Maré II				
Fundão				
Faria Timbó				
Tião lanterneiro				
Total	97	0	0	0

- 3.4. A **CEDAE**, na qualidade de geradora de resíduo, deverá preencher todos os formulários de cadastramento exigidos pela legislação vigente. Além do cadastramento do gerador, a **CEDAE** também executará o cadastramento dos veículos de transporte próprios e contratados por ela.
- 3.5. As análises laboratoriais dos resíduos gerados pela **CEDAE** deverão ser realizadas em atendimento às normas e legislação vigente.
- 3.6. A **CONTRATADA** deverá emitir comprovante no ato do recebimento do resíduo transportado por caminhão **CEDAE** no aterro sanitário, indicando peso do resíduo, data e hora da entrada da entrada do caminhão no aterro sanitário.

tada pela empresa VOTORANTIM SIDERURGIA S/A, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 62/65.

PROCESSO Nº E-07/002.10689/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa GUAPI PAPEIS INDÚSTRIA DE PAPEL E PAPELÃO LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 34/37.

PROCESSO Nº E-07/002.11190/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela ECO-MARINE SERVIÇOS E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 51/55.

PROCESSO Nº E-07/006.449/11 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE HOSPITAL DE IGUAÇU, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 81/86.

PROCESSO Nº E-07/002.1704/14 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa CONDOMÍNIO VILLAGE DO PONTAL, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 65/70.

PROCESSO Nº E-07/002.6507/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela LUIS FERNANDO MESQUITA ROCHA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 37/45.

PROCESSO Nº E-07/002.6507/15 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa MINERAÇÃO LITORANEA S/A, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 35/42.

PROCESSO Nº E-07/002.4806/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa MAX PÓSTO DE GASOLINA E SERVIÇOS LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 30/34.

PROCESSO Nº E-07/002.3790/16 - INDEFIRO a impugnação apresentada pelo sr. GUSTAVO BARROTO, RECUSO acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 43/52.

PROCESSO Nº E-07/002.7950/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa CHARQUE 2000 IUPERUNA - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CANES LTDA, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 40/46.

PROCESSO Nº E-07/002.4112/17 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPORTE, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração através do parecer constante em fls. 99/105.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 29.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.7182/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA AILTON HENRIQUE DA COSTA Nº 434 - RECREIO DOS BANDEIRANTES - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 162/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/001.1142/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA CAROLINA MACHADO, Nº 1.918 - BENTO RIBEIRO - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 142/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/003.266/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA SARGENTO SILVA NUNES, Nº 27/31 E 45 - RAMOS - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 162/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/000.3192/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA AYTTON SENNA, Nº 3.243 - BARRA DA TIJUCA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 163/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.6504/2014 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA DAS AMÉRICAS, Nº 10.495 - BARRA DA TIJUCA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 150/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/001.963/2009 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à RUA MARIA LOPES, Nº 92 - VAGUEIRA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 164/18, referente ao processo em referência.

DE 30.10.2018

PROCESSO Nº E-07/003.363/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DOS BANDEIRANTES, Nº 12.500 - VARGEM PEQUENA, Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 161/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.339/2008 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à AVENIDA DAS AMÉRICAS, Nº 15.550 - RECREIO DOS BANDEIRANTES - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 148/18, referente ao processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/006.385/2012 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insuficiente de Recursos Hídricos ao imóvel situado à ESTRADA DO PAU FERRO, S/Nº - LOTE 03 DO PSL 5632 - FREGUESIA - Município RIO DE JANEIRO-RJ com base no Parecer Técnico nº 158/18, referente ao processo em referência.

SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DA ILHA GRANDE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 31/10/2018

PROCESSO Nº E-07/002.1193/2013 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Patrimônio - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.8764/2013 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Pedras Azuis - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/009.166/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Paraty-Mirim - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/013.438/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia e de Instalação solicitada pelo Areal Porto Graúna Ltda, para extração de areia e argila na Fazenda Graúna - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.6165/2014 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Bananal - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/200.900/1994 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Instalação solicitada por José Luiz Teixeira de Oliveira para construção de pier, residência unifamiliar, deck, muro de contenção, rampa e retificação de greide no Condomínio Ilha do Jorge - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/002.5172/2014 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Prefeitura Municipal de Paraty para construção de Centro de Triagem no Bairro Bananal - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/006.941/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Consócio - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/006.579/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Ponte Branca - Paraty - RJ, com base nos autos do processo.

PROCESSO Nº E-07/006.425/2012 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada solicitada pela Ampla Energia e Serviços S/A, para distribuição de energia elétrica no Bairro Perequê - Angra dos Reis - RJ, com base nos autos do processo.

SUPERINTENDÊNCIA DE MACAÉ E DAS OSTRAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE DE 31.10.2018

PROCESSO Nº E-07/009.822/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação em nome de PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, para realizar as atividades de coleta e tratamento de efluentes sanitários da Zona Especial de Negócios de Rio das Ostras, na Zona Especial de Negócios - Mar do Norte, Município Rio das Ostras, com base nos autos do Proc. nº E-07/200982/2007.

PROCESSO Nº E-07/002.13839/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de VANESSA MANHAES BARRETO AZEREDO, para extração de água bruta em um poço profundo, na localidade de Boa Vista - Corrego Ouro, Município Macaé, com base nos autos do Proc. nº E-07/002.13839/2017.

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR DE 31.10.2018

PROCESSO Nº E-07/003.077/2008 - O Conselho Diretor, na sua 395ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do dia 29/08/18, decidiu indeferir o recurso apresentado pela A. Cupello Transportes Ltda. Manutenção de sua integralidade o Auto de Infração de Multa Simples nº CO-FISCAL/0013387/17, tendo em vista a redação do artigo 8º, inciso XII e artigo 63, inciso I, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, que estabelece como atribuição do CONDIR apreciar e decidir os recursos apresentados contra as decisões proferidas pelo Vice-Presidente.

Id: 2143180

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO

APOSTILA DO DIRETOR-GERAL DE 30.10.2018

CONTRATO INEA Nº 49/2018 - celebrado em 25/10/2018, publicado no D.O. de 29/10/2018 - Autorizo a inclusão da Dotação Orçamentária abaixo relacionada para o pagamento do citado contrato, além daquela já prevista no contrato original, firmado entre o Instituto Estadual do Ambiente e Proceç Engenharia S.A. Proc. nº E-07/002.104521/2018.

Programa de Trabalho: 2432.18.542.0193.2954

Fontes de Recurso: 218

Natureza da Despesa: 4490

Id: 2143174

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 24/09/2018

DESIGNA PAULO AFRONSO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento F, como Presidente, **DANIEL PEREIRA OLIVEIRA**, Agente de Saneamento F, **FABIO CORIOLANO SILVEIRA**, Engenheiro B, como membros titulares, e **ALMIR PEDRO DA SILVA LEAL**, Agente de Saneamento F, como membro suplente. Gerente do Contrato **WILTON LEMOS DOS PASSOS**, Técnico de Eletromecânica II e **WANDERSON HERMINIO FERRAZ RODRIGUES**, Agente de Saneamento F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado ao "SERVIÇO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETSS) E ELEVATÓRIAS (EES) EM ATERRO SANITÁRIO", de que trata o Processo nº E-07/100.267/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.164/2018.

Id: 2142395

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 21/06/2018

DESIGNA HALLISON DANIEL DO CARMO MARQUES, Analista de Sistemas C, como Presidente, **OLGA MARIA FÁRIA DE NAZARETH**, Analista de Suporte Software D, **DANIEL ANDRE DOS SANTOS FERNANDES**, Analista de Sistemas C, como membros titulares e **ALEXANDRE ALBERTO AGUIAR**, Analista de Sistemas B, como membro suplente. Gerente do Contrato **CARLOS EDUARDO FERNANDES DE BARROS**, Agente Administrativo F e **JACOB LOPES**, Analista de Sistemas C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ESPECIALIZADOS PARA A PLATAFORMA MAINFRAME DE PROCESSAMENTO DE DADOS UNISYS CLEAR PATH", de que trata o Processo nº E-07/100.109/2018. Ordem de Serviço "E" Nº 15.169/2018.

Id: 2142390

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 17/10/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, **WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA**, Técnico de Laboratório II, **LEANDRO COUTO ROSA**, Técnico de Laboratório II, como membros titulares e **JOÃO ANGELO GOMES DE SOUZA**, Analista de Qualidade C, como membro suplente. Gerente do Contrato **MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO**, Técnico de Contabilidade II e **JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA**, Contadora A, como membros suplentes, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAL)", de que trata o Processo nº E-07/100.785/2017. Ordem de Serviço "E" Nº 15.268/2018.

Id: 2143104

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 29/10/2018

DESIGNA RAFAEL DE AMORIM LIMA, Advogado B, como Presidente, **DANIELA BEZERRA DE MENEZES ULIANA**, Advogada B, **LIVIA BITTENCOURT ALMEIDA MAGALHÃES**, Advogada E, como membros titulares e **ALCIANE SARA BORDIN**, Advogada B, como membro suplente. Gerente do Contrato **FABIO LUIS FERREIRA DA PAZ**, Assessor Técnico, **ANA PAULA FERNANDES ALVES**, Contadora A, como membros suplentes, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a "CONTRATAÇÃO DE 02 (DOIS) ESCRITÓRIOS, PARA PARATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO", de que trata o Processo E-17/100.090/2016. Ordem de Serviço "E" Nº 15.304/2018.

Id: 2143227

Serviço de Atendimento ao Cliente da
Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:
0800-2844675

Telefone:

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEAPPA Nº 23 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018

DESIGNA NOVOS INTEGRANTES E CONSOLIDA NOVA COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto Decreto nº 40.754, de 02.05.2007, designados através da Resolução SEAPPA nº 15, de 20.06.2007, alterada pela Resolução SEAPPA nº 53, de 02.10.2008, pela Resolução SEAPPEC nº 19, de 30.12.2011, pela Resolução SEAPPEC nº 31, de 17.07.2012, e pela Resolução SEAPPEC nº 43, de 10.07.2013, e o que consta do Processo nº E-02/007/101454/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **GLENDIA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 1934268-3, em substituição ao servidor **VIRGINIO PEREIRA DA SILVA JÚNIOR**, Médico Veterinário, ID Funcional nº 4251447-9, o servidor **JOSE AUGUSTO VIEIRA DA CRUZ**, Médico Veterinário, ID Funcional nº 1932368-2, em substituição a servidora **MARCIA FARIAS ROLIM**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 569200-8, a servidora **VALQUIRIA AGNES CARDOSO CORTEZ**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 4251400-2, em substituição a servidora **DANIELA DE QUEIROZ BATISTA**, Médica Veterinária, ID Funcional nº 4251437-1, o servidor **JOSE APARICIO DE AQUINO SALGADO**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 1934682-4, em substituição ao servidor **RENATO MACHADO**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 61675-6, o servidor **RODRIGO GARCIA ALVIM**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 4214580-5, em substituição a servidora **PATRICIA DINIZ DE PAULA**, Engenheira Agrônoma, ID Funcional nº 4251463-0 e o servidor **EVARISTO VIEIRA MEZAVILLA**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 4251437-6, em substituição ao servidor **LUIZ KAWAIA**, Engenheiro Agrônomo, ID Funcional nº 1934924-6, para comporem o GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA, criado pelo Decreto nº 40.754, de 02 de maio de 2007.

Art. 2º - Os integrantes do GRUPO DE EMERGÊNCIA AGROPECUÁRIA - GEA serão reestruturados na forma abaixo:

GRUPO 1: Defesa Sanitária Animal - Doenças Vesiculares, Hemorragias, Nervosas e outras de interesse agropecuário.
Composição: 07 (sete) Médicos Veterinários

NOME ID FUNCIONAL
Cláudio Vilela Vieira 2.697.188-7
Glendia Ribeiro de Oliveira 1.934.268-3
José Augusto Vieira da Cruz 1.932.368-2
Liliani Santos Oliveira Vidal 569.196-5
Regina Maria Monteiro Lopes 1.934.203-9
Renata Falcão Rabello da Costa 4.219.644-2
Renata Vitória campos Costa 1.934.528-3

GRUPO 2: Defesa Sanitária Animal - Influenza Aviária, Doença de "Newcastle" e outras enfermidades aviárias.
Composição: 07 (sete) Médicos Veterinários

NOME ID FUNCIONAL
Aldir Pádua Mathias Cruz 4.181.835-0
Elza Mika Suzuki 4.219.647-7
Jamaira Ferreira Veras Barros 4.219.645-0
Luiz Armando Calvão Brust 1.934.491-0
Maurício Vinícius Silva Oliveira 569.197-4
Valéria Cristina Magalhães Teixeira 571.648-9
Valquíria Agnes Cardoso Cortez 4.251.400-2

GRUPO 3: Defesa Sanitária Vegetal - Pragas dos vegetais.
Composição: 05 (cinco) Engenheiros Agrônomos

NOME ID FUNCIONAL
Evaristo Vieira Mezavilla 4.251.457-6
Ilo da Silva Lopes Junior 569.208-3
José Aparício de Aquino Salgado 1.934.682-4
Leonardo Vicente da Silva 1.932.115-5
Rodrigo Garcia Alvim 1.934.203-9

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Resoluções SEAPPA nº 15, de 20.06.2007 e nº 53, de 02.10.2008, Resoluções SEAPPEC nº 19, de 30.12.2011, nº 31, de 17.07.2012 e nº 43, de 10.07.2013.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2018

ALEX GRILLO
Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária,
Pesca e Abastecimento

Id: 2143034

ATOS DO SECRETÁRIO

DE 30.03.2017

ROBSON PACHECO LINDGI ID Funcional nº 4201520-0 CPF nº 456.371.727-49, brasileiro, nascido em 26.11.1956, do sexo masculino, carteira de identidade nº 053.853 expedida em 30.04.1976 pelo IFPR/RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 106.43341.886, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR símbolo DAS-7, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 24 de março de 2017, tomou posse em 24 de março de 2017, com validade a partir de 24 de março de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/401/2017.

ROGERIO FRANÇA BAHIA ID Funcional nº 5089556-7 CPF nº 346.844.507-59, brasileiro, nascido em 19.04.1954, do sexo masculino, carteira de identidade nº 03.097.909-0 expedida em 25.05.2013 pelo DETRAN/RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 103.37176-42,6, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE II símbolo DA1-5, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 12 de junho de 2017, tomou posse em 12 de junho de 2017, com validade a partir de 12 de junho de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/7828/2017.

KENNEDY DE ASSIS MARTINS JÚNIOR ID Funcional nº 5089717-9 CPF nº 093.632.297-77, brasileiro, nascido em 25.07.1983, do sexo masculino, carteira de identidade nº 13.388.382-7 expedida em 24.05.2008 pelo DETRAN/RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 130.41124-62-8, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE II símbolo DA1-6, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 26 de junho de 2017, tomou posse em 26 de junho de 2017, com validade a partir de 26 de junho de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/899/2017.

MARCOS VINÍCIOS MARINS CRESCO ID Funcional nº 5020820-9 CPF nº 213.795.907-10, brasileiro, nascido em 08.05.1956, do sexo masculino, carteira de identidade nº 020.407.157-5 expedida em 11.05.2000 pelo DETRAN/RJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 170.55957-27.1, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL símbolo DAS-8, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 2017, tomou posse em 01 de abril de 2017, com validade a partir de 01 de abril de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/468/2017.

MURILO PINHEIRO SIQUEIRA ID Funcional nº 5083325-1 CPF nº 079.612.107-92, brasileiro, nascido em 03.01.1980, do sexo masculino, carteira de identidade nº 10.759.258-6 expedida em 10.01.1994 pelo FIRJ, inscrito no PIS/PASEP sob o nº 190.09320-66-1, nomeado para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR símbolo DAS-7, na SEAPPA, pelo ato publicado no Diário Oficial de 10 de abril de 2017, tomou posse em 10 de abril de 2017, com validade a partir de 10 de abril de 2017, tendo optado pela percepção de 100% do valor atribuído ao símbolo de cargo em comissão. Processo nº E-02/007/450/2017.

EDSON PEREIRA COUTINHO ID Funcional nº 5088560-0 CPF

[illegible]

Id: 2143093

AVISC

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODoviÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 21 de novembro de 2018, às 10h00min, nos autos do processo nº 07690-1/2018, nº 477903-3, o Departamento de Transportes Rodoviário realizará leilão DT51-18 na forma presencial, com os seguintes veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário, classificados como conservados, sucatas aproveitáveis ou sucatas inservíveis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de perda da propriedade, em favor do Estado do Rio de Janeiro, Transito Brasileiro, cujo os proprietários já foram notificados, tendo como leiloeiro e Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado no CREA RJ nº 000207, cuja cópia do edital poderá ser consultada em: www.detrans.rj.gov.br/detrans.

Id: 3142170

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDA Nº 148/2018 (DF).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADE - e a NEEL QUÍMICA LTDA.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE POLICRETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC)".
PRazo: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR TOTAL: R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos mil reais).
DATA DE ASSINATURA: 30/10/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.785/2017 (Pregão Eletrônico nº 337/2018).

Id: 3143103

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CADEAE - e o escritório de advocacia DANNEMANN, SIEMSEN ADVOGADOS.

CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, PARA O PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*.

PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 1.676.623,20 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos)

DATA DE ASSINATURA: 31/10/2018.

FILETAMENTO: PROCESSO Nº: E-17110.090/2016 (CN nº 203/2017).

Id: 2142228

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE - e a CILCUS AMBIENTAL DO BRASIL S/A.
OBJETO: "DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DE ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETES) E ELEVATORIAS (EES) EM ATERRO SANITÁRIO".
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR TOTAL R\$ 429.780,00 (quatrocentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 28/05/2018,
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.267/2018 (DL nº 001/2018 - DS -).

Id: 2142996

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS

NTQ: CONTRATO GEDAE Nº 033/2018 (DE)

PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEADAE - e a UNISYS BRASIL LTDA.

OBJETO: "SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ESPECIALIZADOS PARA A PLATAFORMA MAINFRAME DE PROCESSAMENTO DE DADOS UNISYS CLEAR PATH".

PRAZO: 48 (quarenta e oito) meses.

VALOR TOTAL: R\$ 31.103.626,16 (trinta e um milhões, cento e trêss mil seiscentos e vinte e seis reais e dezesseis centavos).

DATA DE ASSINATURA: 28/05/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.109/2018 (IL nº 001/2018 - DE -).

Id: 2142997

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
EMPANHADA: ESTABEAM DE IGUAÇU E FORTIÇA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 150/2018 (DP).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS -
CEDAE - e o escritório de advocacia FRAGATA & ANTUNES ADVO-
GADOS ASSOCIADOS.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA, PA-
RA O PATROCÍNIO, SEM EXCLUSIVIDADE, DE PROCESSOS JUDI-
CIAIS EM TRÂMITE NOS JUÍZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO".
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.**